

**ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO:  
ENTRE O PERENE E O EFÊMERO**

**FLEXIBLE ACCUMULATION AND SOCIETY OF THE KNOWLEDGE: BETWEEN  
PERENNIAL AND THE EPHEMERAL ONE**

FIDALGO, Nara L. Rocha <sup>1</sup>  
FIDALGO, Fernando <sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a questão da construção da “Sociedade do Conhecimento” e a relação que esta estabelece com o Trabalho, além de investigar os papéis que os sujeitos individual e coletivo são levados a assumir no contexto de metamorfoses políticas, econômicas, culturais, ideológicas, geográficas e sociais.

**Palavras-chave:** Sociedade do conhecimento; trabalho.

**ABSTRACT**

This article has as objective to reflect on the question of the construction of the “Society of the Knowledge” and the relation that this establishes with the Work, beyond investigating the papers that the citizens individual and collective are taken to assume in the context of metamorphoses politics, economic, cultural, ideological, geographic and social.

**Key-words:** Society of the Knowledge; Work.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, Professora do Programa de Pós-graduação PREPES/PUC-MG. Contato: rochafidalgo@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, Bolsista de Produtividade do CNPq. Contato: fernando@fae.ufmg.br.

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX anunciaram muitas mudanças que incidiram decisivamente na vida social e que prenunciam, sem dúvida, um novo “estado das coisas”. Elementos fundantes da organização societal são questionados, buscando-se compreender novas problemáticas que têm aflorado com o processo de reestruturação produtiva.

Este processo, desencadeado a partir de 1973, tendo como marco a crise do petróleo, provoca uma sucessão de eventos que caracterizariam a chamada Pós-Modernidade, trazendo vários questionamentos sobre os sentidos do Trabalho e das relações sociais, apontando de forma contraditória, por vezes, para a ampliação da exploração capitalista e, por outras, para uma promissora superação da alienação das massas trabalhadoras e a possibilidade de romper com a lógica produtivista e de subsunção da força de trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, a era taylorista-fordista e a construção do Estado Keynesiano como fruto das confrontações entre os interlocutores sociais, resultaram em políticas públicas que tinham como um dos pilares a garantia de condições para o pleno emprego do conjunto da força de trabalho, como forma de apaziguamento das contradições entre Capital e Trabalho. Este contexto possibilitou um ambiente propício para a retomada do crescimento econômico, gerando de um lado, uma estabilização nacional e de outro, um crescimento da massa salarial capaz de garantir um aumento significativo do consumo.

Contudo, a crise do petróleo torna-se o marco inicial do esfacelamento do Estado de Bem-Estar e dos processos de reestruturação que se seguiram e que deram origem aos modelos de produção flexíveis. A partir de então, observa-se a emergência significativa de mercados consumidores que são cada vez mais restritos e específicos, e que passam a optar pela prestação de serviços e de produtos muito característicos das suas ‘necessidades ou desejos’.

Este movimento aponta para um notável desenvolvimento e exacerbação da subjetividade humana. Ser, fazer e agir, na configuração atual, são aspectos que estão circunscritos numa perspectiva que favorece o fortalecimento do processo de individualização das relações sociais deflagrado na nova era do consumo.

Inicia-se o desenrolar de uma lógica de exploração e de consumo que reflete um novo estágio de dominação capitalista. Este quadro se fundamenta em elementos que apontam para o estabelecimento de uma nova organização social, levando a um movimento de tentativa de re-tradução da realidade através da instituição de um outro paradigma em substituição ao Trabalho, como é o caso da Teoria da Ação Comunicativa proposta por Habermas frente à questionada falência da categoria Trabalho, que estava sendo prevista por alguns teóricos.

A proposta deste texto é refletir sobre a problemática da construção da “Sociedade do Conhecimento” e a relação que esta estabelece com o Trabalho, além de investigar os papéis que os sujeitos individual e coletivo são levados a assumir no contexto de metamorfoses políticas, econômicas, culturais, ideológicas, geográficas e sociais da contemporaneidade.

Objetividade e subjetividade, quer no âmbito do trabalho como das relações sociais em geral, estabelecem novos laços e significados que têm origem no campo dos processos de produção. As possibilidades diversas que podem ser extraídas desse contexto são manipuladas pelo capital que passa a patrocinar uma relação bastante particular entre expropriação capitalista e subjetividade humana. Ora, aliar o saber-fazer e a prescrição (características do modo de produção prescritivo evocado por Taylor, Ford e Fayol) às dimensões comportamentais, afetivas e intelectuais que se estabelecem como interessantes e necessárias para o mundo do pós 1980, oferece, sem dúvida um importante marco para a evolução histórica, social e, sobretudo, laboral.

Entretanto, este processo avança legitimando novas formas de subsunção que se desenvolvem através da cooperação, da cooptação e de constrangimentos, de natureza diversa, que se instalam, muitas vezes, no âmbito da violência simbólica e que avançam em direção ao cerceamento total dos direitos individuais e coletivos, tornando mais severos os mecanismos de exclusão social.

### **TRABALHO E LINGUAGEM NA CONTEMPORANEIDADE**

O século XX trouxe, sem dúvida alguma, uma série de mudanças que incidiram de forma determinante sobre os pilares da organização societal da contemporaneidade. No campo das ciências humanas e sociais, observa-se o crescente desenvolvimento de fóruns de discussão - reais e virtuais! - que buscam tratar do novo caráter de constituição da vida em sociedade e, sobretudo, dos seus reflexos e implicações para o homem do século XXI e sua posteridade.

A partir de 1973, com a crise do petróleo e a débâcle dos anos dourados do capitalismo, percebe-se um movimento de reestruturação produtiva que culmina não apenas em um novo modo de regulação social, definido por Harvey (1989) como 'acumulação flexível', mas também implica em mudanças econômicas, políticas, culturais, ideológicas, tecnológicas e científicas. A deflagração deste processo complexo de mutações representa um marco para a constituição de novas formas de domesticar corpos e mentes que não se sujeitam apenas ao âmbito de reprodução da força de trabalho, mas também extrapolam incisivamente os parâmetros até então constituintes da subjetividade humana.

No campo da objetividade, os novos tempos – comumente denominados 'Pós-Modernidade', 'Sociedade do Conhecimento' ou 'Sociedade da Informação' – são marcados pelo avanço técnico e científico, e pela necessidade crescente de valorização capitalista, através da incorporação massiva da ciência e da tecnologia como força produtiva direta, principalmente, através do desenvolvimento da microeletrônica, da biotecnologia, de novos materiais como cerâmica e sintéticos, de novas fontes de energia como laser e nuclear, da telemática, a robótica, a genética, etc.

No âmbito da gestão do trabalho, nota-se o investimento em modelos de produção mais enxutos, flexíveis, dinâmicos, menos onerosos e com menor necessidade de trabalho vivo, no qual o modelo japonês desenvolvido na Toyota por Ohno tornou-se uma referência. Estas novas formas de organização do trabalho e as opções de utilização das novas tecnologias incitam ainda mais o refluxo das políticas sociais, sobretudo daquelas que protegiam os trabalhadores das crises conjunturais. Esta,

no entanto, caracteriza-se uma crise estrutural que produz, então, o desemprego de mesmo tipo, que não mais pode ser evitado com políticas compensatórias, mas que, ao contrário, é fortemente impulsionado pelo desenvolvimento da doutrina neoliberal, que paira incólume sobre todas as nações, como o único receituário válido para retirar países ricos ou pobres do forte endividamento dos anos 70 e 80.

Da produção em larga escala, produtos de massa e generalizados, avança-se para a produção sob-medida, voltada para nichos de mercado e para demandas específicas e personalizadas. Há a criação de círculos de qualidade para a implementação de soluções de problemas no local de trabalho visando uma melhor prestação de serviços e produtos, atraindo a atenção do consumidor através de políticas organizacionais que conferem às empresas um 'diferencial' no mercado de oferta de serviços.

O desenvolvimento científico e tecnológico possibilita o desenvolvimento de uma base técnico-material significativamente superior à disponível até então, o que permite ao capital maior objetivação do processo de trabalho.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista - horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1989, p. 140)

Neste contexto, os trabalhadores não qualificados ou especializados são os que mais sentem estas transformações, pois a cada dia experimentam a sensação de que seus postos de trabalho viraram pó, vendo que suas especializações simplesmente desaparecem das fábricas.

A estrutura ocupacional é completamente invertida com o aumento vertiginoso do setor de serviços, verificando-se uma tendência de homogeneização das atividades laborais intra e entre os diversos setores econômicos, modificações internas às estruturas de cargos e salários e dos níveis hierárquicos. Novos setores como o telemarketing, pela incorporação de uma grande massa de trabalhadores e pelas formas de organização de trabalho taylorizadas, em relação à cadência, tempos e movimentos, apresentam-se hoje, para a acumulação flexível de capital, como o correspondente da fábrica do período fordista.

Verifica-se assim, que apesar dos "novos tempos" apontarem para um outro tipo de trabalho, que pressuporia a formação de equipes, na qual cada trabalhador deveria ser dotado de criatividade, iniciativa e responsabilidade, torna-se paradigmático que um setor como o telemarketing ao mesmo tempo em que utiliza intensamente tecnologias da informação se organize como uma fábrica do início do século XX.

Apesar disto, as novas tecnologias da informação, a intensificação do fluxo de dados e os novos contornos da esfera comunicativa no ambiente de trabalho são questões novas de considerável significado, que instigam o levantamento da hipótese, por parte de alguns analistas de que, finalmente, o capital teria encontrado as condições

materiais para se ver livre da força de trabalho, graças às potencialidades da micro-informática e da automação.

Nesta nova era o capital passa a adotar estratégias não apenas objetivas de exploração, mas também subjetivas, visando gerar nas pessoas não só a necessidade de subsistência, mas igualmente a produção do 'desejo da necessidade' de consumo, que passa a ser explorada de forma cada vez mais sutil, personalizada e potencializada (FIDALGO, 2003).

Pode-se observar que os modelos de produção flexíveis avançam firmados no fato de que os mercados consumidores são cada vez mais restritos e aqueles que fazem parte do círculo dos que podem consumir, em sua maioria, passam a optar por produtos ou serviços muito característicos das suas necessidades ou desejos. Estes são fortes sinais de um processo de individualização das relações sociais que vem imbricado na nova era do consumo.

É interessante notar como o capital visa gerar nas pessoas não só a necessidade de subsistência, mas produz-se o desejo da necessidade de consumo, e desta forma, de uma forma instigante e sagaz a dimensão dos desejos e vontades humanas passa a ser explorada de forma cada vez mais personificada.

Dessa forma, as pessoas são estimuladas a buscarem novos tipos de necessidades e desejos que são, em grande parte sugeridos pela cultura do efêmero e da conseqüente volatilização do conceito de utilidade e de superfluidade, patrocinadas pelo domínio capitalista. Harvey (1989) afirma que esta nova configuração das sociedades globalizadas acaba por incentivar a fantasia, o capricho, a imaginação e o impulso irrefletido na tomada de decisões, sejam elas de cunho consumista ou não.

A disciplinação de corpos e mentes j a não se restringe apenas ao aspecto que revela Enguita (1989), em rela o   submissão das pessoas ao ritmo, organiza o e controle das atividades no ambiente escolar e de trabalho. Esta domestica o vai além, atuando através da constru o de uma nova objetividade e subjetividade da fozza de trabalho que   forjada em fun o de um novo paradigma de produtividade, de qualidade, de eficácia e eficiência, que faz com que o trabalho esteja sempre pairando entre a perenidade e a efemeridade.

Estas altera es estruturais que vêm atingindo a vida contemporânea e que têm atribuído um caráter de transitoriedade constante e de indefini o às formas de organiza o social em geral, especialmente ao trabalho, são impulsionadas por um movimento de inova o permanente que desponta na modernidade, com o crescente consumismo e com a necessidade inerente ao capital de explorar todas as formas possíveis de auferir lucros.

O Trabalho, tomado como categoria central de constitui o e de análise social v -se confrontado a uma possível crise de existência que aflora, sobretudo, com a proposi o do paradigma habermasiano da A o Comunicativa. Habermas (1987)<sup>3</sup>, frente   instaurada crise do trabalho, diga-se crise do trabalho 'capitalista', propõe a afirma o de que as transforma es ocorridas a partir do fim da década de 70

<sup>3</sup> Ver também Gorz (1982) e Offe (1989).

trazem a necessidade de estabelecimento de um novo marco teórico e analítico cujo fundamento principal seria a 'linguagem' em detrimento do 'trabalho', pois haveria um prenúncio do seu fim.

Segundo ele, comunicação e informação representariam um marco para o novo tipo de sociedade que estaria se formando, o que implicaria na necessidade de outro paradigma de análise que melhor pudesse ilustrar a organização do modo de vida social que o avanço científico-tecnológico passa a determinar.

A este respeito, Marcuse (1973) já afirmava, baseado no desenvolvimento da sociedade capitalista, que as classes sociais deixariam de exercer o papel central de transformação social, pois a racionalização promovida pelo avanço científico-tecnológico teria produzido a unificação dos opostos, ou seja, o 'aplastamento' da contradição entre Capital e Trabalho (FIDALGO, 1996).

Nas condições de um padrão de vida crescente, o não-conformismo com o próprio sistema parece socialmente inútil, principalmente quando acarreta desvantagens econômicas e políticas tangíveis e ameaça o funcionamento suave do todo. (MARCUSE, 1973, p. 24)

Na realidade, este é um dos aspectos que perpassam a nova configuração social da pós-modernidade. Todavia, este processo se constitui no seio de uma relação que é dialética, e portanto, de mão-dupla. Isto quer dizer que também é possível afirmar que o mesmo movimento de progresso científico nos fornece, igualmente, elementos suficientes para a negação desta tese, pois assiste-se hoje, justamente, ao acirramento da exclusão social, e da busca do sistema por estratégias de gestão de todo o tipo de mazelas sociais que se estabelecem cada vez mais.

Antunes (1998) debate a questão, afirmando que a sociedade que vem sendo construída desde o final do século passado, vem sofrendo uma complexificação da relação entre trabalho e ciência, mas ressalta que as novas relações que se estabelecem no âmbito das vastas transformações sociais não significam que esteja sendo estabelecido um processo de afirmação de um novo tipo de organização da vida humana, que subjugue a categoria Trabalho.

Assim, há uma interação entre trabalho e ciência, que parte da necessidade de manutenção e valorização do capital e que, portanto, não pode significar o aniquilamento do trabalho. O que há, nas palavras de Antunes (2003), é uma necessidade marcante de recorrer a "uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico".

Dessa forma, o trabalho continua sendo o cerne, o motor propulsor das sociedades contemporâneas e por ser "ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não pode tornar-se a sua principal força produtiva", porque a sua interação com o trabalho é inerente à retro-alimentação capitalista. (ANTUNES, 2003).

Capital e Trabalho ainda se confrontam e os seus efeitos podem apontar para uma aparente institucionalização de uma nova ordem e, ao mesmo tempo, revelar que seu ideário permanece inalterado, apontando apenas para níveis mais avançados e sofisticados de gestão do trabalho e dos trabalhadores. Não se pode, portanto, tratar

de 'exploração' sem que se considere que esta é fruto do conflito de classes e, portanto, de uma relação na qual o Trabalho, em suas várias dimensões (categoria analítica, vetor de transformação da natureza e do homem e da sociedade), permanece sendo o elemento central.

Este cenário, composto por inúmeras e constantes metamorfoses sociais, no plano teórico pode reafirmar a perenidade do Trabalho, na medida em que atribui a este a conotação de agente principal de detonação das mudanças, portanto, ainda o cerne constituinte e articulador do tecido social. A sociedade contemporânea está fundamentada na lógica de acumulação e de valorização do capital e que a crise do trabalho e a crise entre trabalho concreto<sup>4</sup> e trabalho abstrato<sup>5</sup> é intrínseca à ótica capitalista e, portanto, não pode determinar em si mesma o fim do trabalho.

O que passa a ser priorizado pelo capital como forma de gerenciar as perturbações internas e intrínsecas à própria lógica de acumulação em questão é uma crescente ampliação do trabalho morto minimizando a participação do trabalho vivo, principalmente, porque este tem ainda o poder de intervir de forma determinante no processo de produção. Além disso, há a questão de que a força de trabalho é agente de mudanças e portadora da conquista de direitos sociais regulamentados que implicam em responsabilidades para o capital e que, de outra forma, não são colocadas no caso do trabalho morto.

Todavia, o caráter do trabalho (capitalista) acelera o processo de precarização e desvalorização da força de trabalho, na medida em que encontra suporte político, econômico e ideológico para formatar o 'ambiente' específico de conformação social propício para a retro-alimentação do sistema de acumulação capitalista, pois todo o processo de socialização da força de trabalho está baseado no já referido movimento de domesticação física e intelectual (ANTUNES, 1995). Assim,

As necessidades políticas da sociedade se tornam necessidades e aspirações individuais, sua satisfação promove os negócios e a comunidade, e o conjunto parece constituir a própria personificação da razão. (MARCUSE, 1973, p. 13).

O que se pode perceber é que na relação trabalho-tecnologia, segundo afirma Fidalgo (1996), a transformação da ciência e da técnica em força produtiva direta, gerou condições materiais necessárias à construção de uma nova sociedade, mas,

<sup>4</sup> Trabalho concreto: "Na economia política, a expressão trabalho concreto foi utilizada por Karl Marx para falar da dimensão do trabalho, que está presente em todas as sociedades humanas, que é a sua propriedade de criar utilidades necessárias à vida humana. Assim, trabalho concreto é sinônimo de trabalho útil. No desenvolvimento da divisão do trabalho, as formas desse trabalho vêm ganhando grande variedade e significado. Na sociedade capitalista, por exemplo, sob o domínio do capital, o espaço para a realização livre desse espaço sofre restrições, o trabalhador não pode realizar atividade conforme suas intencionalidades e interesses, o que gera contradições. O trabalho concreto, sob a divisão do trabalho capitalista é um trabalho privado. Ele tem também uma dimensão social, mas ela se expressa pelo trabalho abstrato." (SANTOS e MACHADO, 2000, p. 336).

<sup>5</sup> Trabalho abstrato: "Conceito utilizado por Karl Marx para qualificar o caráter geral do trabalho dos produtores de mercadorias, do trabalho na sociedade capitalista. Independentemente das diferenças que possam existir entre as atividades desempenhadas pelos produtores de mercadorias, todas elas teriam uma característica comum, que Marx denomina de trabalho abstrato. Todas essas atividades produzem valor, uma quantidade de trabalho humano em geral investida na produção de mercadorias. O trabalho abstrato se refere, portanto, produção do valor das mercadorias, medido em termos do tempo socialmente gasto para produzi-las. Esse critério de medida permite a equiparação entre as mercadorias, apaga as particularidades, as especificidades que estão presentes em todo trabalho concreto." (SANTOS e MACHADO, 2000, p. 334).

por outro lado, esta nova sociedade não se viabilizou porque a racionalidade instrumental a submete à lógica de dominação capitalista.

Nas condições de um padrão de vida crescente, o não-conformismo com o próprio sistema parece socialmente inútil, principalmente quando acarreta desvantagens econômicas e políticas tangíveis e ameaça o funcionamento suave do todo. (MARCUSE, 1973, p. 24).

Dessa forma, pode-se afirmar que o aparato científico tem acentuado ainda mais a exclusão social, já que o capital tem centralizado suas atenções no âmbito da 'gestão', visando assim intensificar as formas de extração da mais-valia através dos novos padrões de cooptação das classes trabalhadoras. Uma advertência, com relação a este quadro é que isto não pode implicar no fim do trabalho, pois como afirma Antunes (2003) não se pode imaginar que eliminando o trabalho vivo, a reprodução do capital possa ter continuidade.

### **CONCLUSÃO: O PAPEL DO SUJEITO NAS MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS**

Falar em Sociedade da Comunicação ou Sociedade do Conhecimento tornou-se algo corrente com o avanço que ciência e tecnologia preconizam visivelmente a partir da década de 1980. O alto e acelerado desenvolvimento dos meios e processos de comunicação confere uma influência especial na vida em sociedade, pois representa a sagacidade peculiar do modo de exploração na forma como este vincula informação e consumo. A partir de então, há a exarcebação de um novo tipo de subjetividade que, através das mídias em geral, passam a "aliar o bem-estar físico e mental às possibilidades de consumo ofertadas pelo discurso do capital." (FIDALGO, 2003, p. 22).

Estas mudanças na organização da vida em sociedade têm revelado a (re)afirmação de novos instrumentos de cooptação social que agem de maneira decisiva sobre as formas e estilos de vida, sobre as vontades e necessidades, sobre o ser humano-social e a constituição de sua identidade.

O uso de sons e imagens associados a expressões e linguagens de alto impacto, dentre as quais a informática e o marketing assumem papéis importantes, possibilita uma série de comandos subjetivos que forjam novos comportamentos e supostas novas necessidades para os indivíduos e para a sociedade, de modo a acentuar e a atrelar simbioticamente os padrões de produtividade aos de consumo.

Estas mudanças interferem intensamente na forma de reprodução da força de trabalho, entronizando o sujeito como o elemento central do processo, não somente na sua condição de trabalhador, mas como elo de uma longa cadeia que vai da produção ao consumo. O sujeito, entendido como aquele portador de desejos, interesses e necessidades, é elevado ideologicamente ao centro da dinâmica produtiva na qualidade onipresente do 'cliente-rei'. Entretanto, dialeticamente, ele também é subjugado pelo sistema que busca o esvaziamento de sua condição individual para torná-lo um agente do sistema, enfraquecendo os laços de pertencimento de classe.

Ocorre, assim, num mesmo movimento, de um lado, a busca de valorização do particular, do multicultural, do étnico, e de outro, através da transformação destes



em nichos de mercado, uma massificação de um tipo de consumo urgente e efêmero.

As relações interpessoais também passam a compor este caleidoscópio, um mosaico em constante mutação, que não permite que seja perpetuada no tempo a sua beleza, pois somente pode ser consumido naquele instante. O consumo material ou imaterial é confrontado à mesma lógica mercantil.

Neste ínterim, o discurso pós-moderno se apresenta como o capaz de compreender as diversidades do recente contexto capitalista, “que de um lado, globaliza-se, e que de outro, retoma os localismos, os paroquialismos, os comunitarismos, etc” (FIDALGO, 1996, p. 57). e ainda, evoca perspectivas como o multiculturalismo na busca contínua pela apreensão de caminhos que apontem para a emancipação do gênero humano e do seu papel na sociedade em curso. No entanto, é este mesmo discurso que pode, de outra forma, ser ilustrado metaforicamente pela imagem do caleidoscópio, que representa a realidade numa perspectiva fragmentada, efêmera, descontínua, ao mesmo tempo real e virtual, assim como pode também ser visualizado na metáfora do espelho quebrado, no qual os fragmentos poderiam refletir, simultaneamente, o todo e as partes (RORTY, 1995).

Neste complexo de transformações, o indivíduo aparece como sujeito e como assujeitado, como agente e como passivo, inteiro e parte. Ainda que cresça a atenção para com a sua subjetividade e as suas formas de manifestação, o que se pode apreender é que:

O interesse, a motivação e as questões da subjetividade humana ganham centralidade, mas numa perspectiva desenraizada, fora da objetividade social, pois são enfocados de forma universalizante. Não são considerados como fenômenos fundamentalmente sociais, como manifestações de relações sociais objetivas, mas como formas subjetivas e normativas de ideais e apreciações morais e éticas. Não são entendidos como expressões ontológicas do ser social. (FIDALGO, 1996, p. 59).

A Sociedade do Conhecimento ou da Informação, neste sentido, apresenta-se não como uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, mas como uma solução mágica para a inclusão social. Porém, como apontado, verifica-se que a sua constituição, embora dialética e rarefeita, não permite a afirmação de que os processos de exclusão seriam amenizados visto que a perspectiva da individualização em fomento não vai ao encontro do ideário de reconstrução social que dignifica a classe trabalhadora e assim, toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Perenidade (e superfluidez) do trabalho:** alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org/opiniao2003/r-antunes/r-antunes-02.htm>> Acesso em: 12 ago. 2003.
- DUARTE, Adriana. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE, n. 7, p. 48-61, jul-dez, 2000.
- DUARTE, Adriana. Estado de Bem Estar Social. In: FIDALGO, F. & MACHADO, L. (Editores). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE, p.146, 2000.
- ENGUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENGUITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: A ideologia da racionalidade técnica. In: SILVA, Tomaz T. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p.230-253.

FERRETI, Celso et al. (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIDALGO, Fernando. **Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador**. Belo Horizonte: MCM, 1996.

FIDALGO, Fernando. O caráter das atuais transformações societárias e a questão do lugar dos sujeitos nestas mudanças. In: FIDALGO, F. (org). **Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **Processo de individualização e desenvolvimento de competências: implicações para a formação do trabalhador**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado).

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de La Acción Comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**. 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

OFFE, Claus. **Trabaho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

RORTY, Richard. **L'espoir au lieu du savoir: introduction au pragmatisme**. Paris: Albin Michel, 1995.

SANTOS, Eloísa; MACHADO Lucília. Trabalho abstrato. In: FIDALGO, F. & MACHADO, L. (Editores). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE, 2000.

SANTOS, Eloísa; MACHADO Lucília. Trabalho concreto. In: FIDALGO, F. & MACHADO, L. (Editores). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE, 2000.

## BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Ronaldo M. de L. As novas qualidades pessoais requeridas pelo capital. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: NETE/ FaE/UFMG, n.º 5, p. 18-35, jan/jul. 1999.

ARROYO, Miguel G. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz T. **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 163-216.

BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: SILVA, T. T. da. **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. Cap. 1, pp-15-43.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação. In: FERRETI, C. et al. (org). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-123.

CASTEL, Robert. **A Metamorfose da Questão Social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENGUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 253 p.

ENGUITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: A ideologia da racionalidade técnica. In: SILVA, Tomaz T. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p.230-253.

FERRETI, Celso et al. (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. (Editores). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE, 2000.

GORZ, André. Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes. In: GORZ, André. **Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista**. Porto: Ed. Escorpião, Col. O Homem e a Sociedade, 1974. p. 182.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de La Acción Comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968. p.45-92.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HAYEK, F. **O caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

KURZ, Robert. O eterno sexo frágil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 de janeiro de 2000.

MARX, Karl. Processo de trabalho e de valorização. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol.1. p. 149-155.

OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OFFE, Claus. Sistema Educacional, Sistema Ocupacional e Política de Educação: contribuição à determinação das funções sociais do educacional. **Educação e Sociedade**, São Paulo: Vértice, CEDES nº35, 1990.

Artigo recebido em março de 2006 e aprovado pelo Conselho Editorial em maio de 2006.